



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais

Extensão: um encontro entre o campo e a univers(c)idade

Roberta Traspadini¹

Resumo: Este relato de experiência objetiva socializar as atividades de curricularização da extensão no curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-americana, a partir da relação de vínculo orgânico entre a Univers(c)idade e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste do Paraná, entre 2021 e 2025. Entende-se que a luta pela terra é uma necessidade política e social, e de um direito constitucional. Assim como a Universidade pública em seu caráter popular, também segue em disputa. O trabalho vincula-se à Teoria Marxista da dependência e à questão agrária. Mais de 500 estudantes passaram pelas vivências. Isto demarca um posicionamento político frente ao papel contemporâneo da Universidade e a oxigenação que deve ser dada pela extensão.

Palavras-chave: extensão; questão agrária; universidade popular.

Extension: an encounter between the field and de university

Abstract: This experience report aims to share the curricularization activities of extension programs in the International Relations course at the Federal University of Latin American Integration, based on the organic link between the University and the Landless Rural Workers Movement of Western Paraná, between 2021 and 2025. It is understood that the struggle for land is a political and social necessity, and a constitutional right. Just as the public university, in its popular character, is also under dispute. The work is linked to Marxist Dependency Theory and the agrarian question. More than 500 students participated in these experiences. This marks a political stance regarding the contemporary role of the University and the revitalization that should be provided by the extension.

Keywords: extension; agrarian issue; popular university.

I. Marco teórico

I.1 Questão agrária e capitalismo dependente brasileiro

A HISTÓRIA que marca a Longa Marcha do campesinato brasileiro está escrita nas lutas muitas vezes (ou quase sempre) sangrentas desta classe social. Ao abordá-la, deixo claro que minha compreensão a respeito da lógica do desenvolvimento capitalista moderno está calcada no entendimento de que tal desenvolvimento se faz de forma desigual e contraditória. Ou seja, parto do princípio de que o desenvolvimento do capitalismo – e a sua consequente expansão no campo – se faz de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural. Este quadro de referência teórica, por consequência, está no oposto daquele que vê a expansão homogênea, total e absoluta do trabalho assalariado no campo com característica fundante do capitalismo moderno. (OLIVEIRA, 2001)

¹ Doutora em Educação e Professora Associada 2 do Curso de Relações Internacionais e Integração da UNILA. Email: roberta.traspadini@unila.edu.br

A luta pela terra no Brasil durante os séculos XX e XXI, nos remete a um processo histórico estrutural violento de expropriação, expulsão, espoliação e exploração. Fundamentada nas raízes da acumulação de capital, a partir do contínuo caráter da assim chamada acumulação primitiva de capital, a questão agrária demarca um dos processos fundantes da questão social na América Latina e o Caribe.

O Censo Agropecuário de 2017² evidencia a gravidade da concentração fundiária e das desigualdades estruturais que atravessam a vida no campo brasileiro. Ao mesmo tempo, expõe a violência dos estereótipos historicamente produzidos sobre a luta social, sobretudo pela construção ideológica que invisibiliza sujeitos coletivos e associa a luta pela terra à ameaça e ao perigo. Tal produção das ideias dominantes obscurece que, para os movimentos sociais, a luta pela terra é também luta pela vida, pela reprodução social e por formas de existência que expõem a disputa com a lógica mercantil do capital. Contudo, entre a verdade produzida pela ordem dominante e a vida concreta nos territórios há mediações e contradições que a aparência imediata não revela. É precisamente no movimento de ultrapassar essa aparência, por meio da abstração crítica, que se apreendem as determinações mais profundas do violento modo de produção capitalista.

O que apontam os números? 1) Em 2017, haviam 5 056 525 de estabelecimentos rurais distribuídos pelas 5 regiões do Brasil. No que tange à raça majoritária entre os produtores que dirigem os estabelecimentos rurais no Brasil, pardos e pretos são maioria, com 55.12% de participação. No entanto, cabe destacar que a população preta dirige somente 8,37% dos estabelecimentos. E, do total de estabelecimentos dirigidos por pretos e pardos, 78,22% são dirigidos por homens. Uma questão não menos importante é o número de estabelecimentos dirigido por povos indígenas: apenas 1.12% (IBGE, 2019); 2) 145 mil, é o número de famílias que aguardam acampadas o direito à terra (KONCHINSKI, 2025). 3) 15 mil estabelecimentos aprox. se apropriam de quase 102 milhões de hectares de terra no Brasil, com áreas acima de 2.500

² Os dados atuais utilizados são de 2017. São 10 anos de atraso na coleta. A isto, se somam as incertezas da disputa política eleitoral de 2026, que, a depender de quem sai vitorioso, pode não só atrasar mas liquidar a produção deste valioso material produzido pelo IBGE para conformar um debate concreto sobre o problema da terra e da luta de classes no campo brasileiro. Os representantes do agro, ao reterem as informações sobre a questão da terra e dos povos que a disputam, propagam suas ideias como únicas e verdadeiras.

hectares de terra. Em contrapartida, a agricultura familiar, com uma área média de quase 16 ha de terra, ocupa apenas 71 milhões de hectares dividido por um total de 4,5 milhões de estabelecimentos (IBGE, 2019); 4) De 2015 a 2017 – período de maior número de mortes no campo – foram 181 assassinatos. Os conflitos envolveram quase 2 milhões de pessoas na disputa e no confronto político para mostrar a necessidade de desapropriação no Brasil, dado que os terrenos envolviam quase 180 milhões de hectares de terras. Entre 2023 e 2024, houve 3.304 conflitos. Foram 44 assassinatos, em conflitos que envolveram aprox. 1.7 milhões de famílias, na disputa por 136 milhões de hectares de terra. Somados todos os conflitos agrários o Brasil passou de um total 1391 em 2015 para 2185 em 2024 (CPT, 2025); 5) Mercado de terras: o preço médio por hectare por região no Brasil: S (40 mil/ha); SE (30mil/ha), CO (25mil/ha), N (20mil/ha), NE (15 a 10mil/ha). A concentração dos maiores preços está nos estados que mais investem em commodities: São Paulo, Paraná e Santa Catarina com um preço médio por hectare acima de 70 mil, e Espírito Santo e Mato Grosso com um preço médio/hectare acima de 60 mil (INCRA, 2025).

Como explicar a estrutura mais profunda deste processo? Nos filiamos à Teoria Marxista da Dependência (TRASPADINI e STÉDILE, 2023) que revela o caráter sui generis do nosso capitalismo atrelado às diferentes fases do imperialismo. A superexploração e a transferência de valor demarcam, não só o papel desigual entre o campo e a cidade, mas o caráter geral de produção e apropriação do valor pelo grande capital internacional. A luta pela terra no Brasil demarca um modelo de dependência ancorado no imperialismo. Nessa direção, a particularidade da luta de classes no campo articula-se às múltiplas particularidades das lutas pela sobrevivência superexplorada e excluída na cidade. Na dialética do desenvolvimento capitalista dependente, o campo cumpre funções estruturais para a acumulação, entre elas a expulsão contínua de trabalhadores — os retirantes — em direção às propagadas “oportunidades” do subemprego urbano. Afinal, entre a fome, a exclusão e a má remuneração, esta última passa a apresentar-se como alternativa viável em meio aos destroços históricos da guerra pela sobrevivência protagonizada pela classe trabalhadora do campo e da cidade.

O exército industrial de reserva permanentemente alimentado por esse processo de expulsão do campo, ao longo de mais de duzentos anos de independência formal, reforça a tendência ao pagamento de salários incapazes de assegurar aos

trabalhadores a reprodução material de suas próprias vidas e de suas famílias. Tal dinâmica demarca a superexploração como estrutura inerente ao capitalismo dependente. Ou, nos termos de André Gunder Frank (1967), expressa o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, na medida em que as condicionantes internas não rompem com as leis tendenciais gerais de reprodução do capital, mas operam em consonância contraditória com elas, contrarrestando-as por meio do próprio funcionamento do capitalismo interno, articulado à escala hegemônica e imperialista mundial. Assim, a dependência somente pode ser analisada a partir e em interface com o imperialismo em suas diferentes fases. Do mesmo modo, a superexploração só pode ser explicada, em suas condicionantes internas no campo e na cidade, a partir da dinâmica de totalidade da exploração (mais valor), que tende a ser sempre maior, em escala mundial. Mais exploração no mundo, não diminui, ao contrário intensifica e redimensiona, a estrutura de superexploração na América Latina e o Caribe a partir de sua função na divisão internacional do trabalho e o papel que as commodities cumprem na produção de mais valor na produção do capital financeiro hegemônico estadunidense e chines contemporâneos (AMARAL e TRASPADINI, 2020). Frente ao debate passado e presente sobre a vigência da categoria dependência, superexploração e subimperialismo, entendemos a vigência destas categorias tanto para explicar não somente como funciona o capital na particularidade latina, como para pensar estratégias de superação à ordem hegemônica. Os conflitos do campo, associados à luta pela sobrevivência na cidade, demarcam a unidade do diverso da luta de classes no Brasil. Conhecer com profundidade essas questões, nos permite, não somente entender a cotidianidade de vida dos trabalhadores nos territórios, mas principalmente, aliar-se/fundir-se como classe na produção coletiva de entendimento sobre porque vivemos como vivemos, e o que devemos fazer para superar ditas opressões e superexplorações (TRASPADINI, 2022).

I.2 A curricularização da extensão e a relação campo-universidade³

a curricularização da extensão representa mais um passo no sentido de se entender a formação profissional e os componentes curriculares para além da sala de aula e das disciplinas, na unidade teoria/prática, também é relevante quando coloca em pauta o papel social das universidades públicas, de modo

³ A curricularização da extensão em dezembro de 2018, pela resolução nº 7, no Conselho Nacional de Educação. A meta 12, estratégia 7 conforma 10% da carga horária total dos cursos de graduação para a extensão.

especial, e o direito da sociedade de usufruir das mesmas através de suas diversas atividades. (FONTENELE, 2024)

Por que a mesma se apresenta com tantos obstáculos históricos? A curricularização, a nosso juízo, não ganhou na cotidianidade universitária o debate que merecia para que sua realização de fato afirmasse um sentido de atuação diferente do até então realizado.⁴ A proposta/implementação da curricularização ocorre em um momento histórico de ultraindividualismo, ultraconservadorismo, ultraconcorrência por recursos em editais institucionais cada vez mais escassos e editais nacionais hiperinflacionados na concorrência para a realização efetiva dos trabalhos. Isto, somado a outros temas problemas da educação superior no século XXI, como destacado por Iolanda Fontenele (2024), reforça a necessidade de um debate profundo para entendermos que não se trata apenas de um ajuste na forma, mas de uma resignificação dos fundamentos do trabalho docente e da formação discente no século XXI. Ante isto, o exercício apresentado tem por premissas: a) a extensão como um ele conector de conhecimentos e de práxis; b) a extensão como a oxigenação do ensino, na sua concreção social, vinculado à resolução dos problemas do século XXI, cujas pesquisas balizarão o aprofundamento das questões levantadas. Cumpre assinalar, que com o processo de expansão do ensino superior e com a política de cotas, a extensão adquiriu uma dupla determinação pouco apreendida no processo educacional em geral, e da sala de aula em particular: a quantidade expressiva de memórias e histórias de distintos territórios presentes na sala de aula e a potencialidade desse conhecimento chegar em diversos e múltiplos espaços, que anterior à democratização não ocorria.

Há uma extensão conectada com a aprendizagem sobre a vida em suas múltiplas determinações, feita fora da Universidade, mas há também uma extensão, silenciada, presente nas histórias e memórias que chegam e precisam ser escutadas na própria Universidade, com base nessa real diversidade. Esse momento de encontro entre o que descobrimos sobre nós, e o que juntos somos capazes de repensar e realizar, revela a riqueza de uma extensão que deve mover o currículo para outros elementos da formação, que não somente o conteúdo obrigatório das áreas. A curricularização deve abrir os cursos para um diálogo sobre quem somos, tanto os professores com um longo

⁴ Existem excelentes trabalhos realizados por alguns cursos, professores e Pró-reitorias de extensão em diversas IES. Mas, entre o trabalho de uns e a institucionalidade real, existe um abismo.

tempo de atuação até se aposentarem, como as juventudes transitórias em seus tempos de formação universitária. Afinal, o ensino não ocorre no vazio. Como relação dialógica desafiadora, o ensino ocorre em um entre, na reticência do convívio. Insistimos: a extensão que vem impregnada nos corpos populares que chegam e as histórias e memórias que ecoam destes sujeitos, são potentes, abrem alas à compreensão sobre nossa atual formação social brasileira. Estas coletivas vivências territoriais do popular que chegam com os/as estudantes nas Universidades, abrem espaços para ricas produções coletivas ao serem relatadas. É desse ato político de (re)conhecer o outro/a outra que existe uma rica brecha para a aprendizagem. Assim, a curricularização da extensão deve ser entendida como a reticência entre o ensino e a pesquisa. Os/as educandas/os e a comunidade acadêmica, a partir do tempo disponibilizado para escavar suas histórias e memórias, torna-se um conteúdo de preenchimento dessa reticência em múltiplas possibilidades de ação ao longo do tempo.

A curricularização da extensão potencializa o debate real sobre que conteúdos, para que grupo, com qual finalidade concreta nos territórios de irradiação dos trabalhos. E provoca o repensar de todas as estruturas políticas dos cursos e exige que sejam feitas perguntas sobre o nosso tempo para percorrer um contexto histórico difícil como o atual: o das evasões, dos trancamentos, e da infinidade de atestados por todo tipo de adoecimento que geram esvaziamentos das salas, das pesquisas e das saídas de campo. Precisamos combater com urgência a evasão, que se alastra desde o ensino médio. E podemos fazer isto, ancorados na oxigenação que irradia da curricularização da extensão em suas diferentes e ricas formas possíveis de apropriação coletiva pelos cursos. Assim como o MST rompe a cerca do latifúndio, é necessário refundar projetos de reestruturação curricular que rompam a cerca do monopólio do conhecimento ancorado na separação e na ação desigual entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

II. Resultados e conclusões relevantes

II.1 As vivências nos acampamentos do Oeste do Paraná (2021 a 2025)

O Paraná está entre os estados de maior valorização produtiva do agronegócio. Em 2023 sua produção agropecuária foi de R\$ 105.406.364.000,00 (IBGE/2023). No oeste do Paraná, onde está situada a Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), o valor total do imóvel agrícola e o valor total da

terra nua (subtraídos as estruturas construídas e investimentos físicos realizados), gira em torno de 121mil/ha. |O preço da terra no Oeste do Paraná está muito acima do preço médio da terra no Brasil, que no Sul está em torno de 40mil/ha. Vale lembrar, que toda terra passível de desapropriação é indenizada pelo Estado, o que demarca um pagamento dentro dos preços médios vigentes no momento da desapropriação. O Oeste do Paraná demarca o funcionamento robusto e próspero do agronegócio em harmonia com a estrutura do Sul do País. É nesse contexto que se apresentam os conflitos do campo, a partir de uma trajetória histórica de luta pela terra ao longo do século XX que perpassará inclusive pelos processos de desenvolvimento urbanos industriais que definem a dependência e o subimperialismo brasileiros, como promotores da desigualdade. A Binacional Itaipu é um bom exemplo de integração pela remoção, expulsão e apagamento da vida no campo, nas florestas e nas águas da região (MORISSAWA, 2001).

A história da UNILA se funde ao processo de desenvolvimento do subdesenvolvimento da região a partir de 2010. E nela coexistem projetos vinculados tanto aos povos como ao grande capital. Pois, assim como se disputa terra, se disputa conhecimento, projeto de vida e se demarcam leituras antagônicas de desenvolvimento dentro dos próprios territórios em disputa. A universidade é um destes territórios (FERNANDES, 1979). Nos últimos 11 anos, tempo de vida do grupo de pesquisa e extensão *Saberes em Movimento*, a luta por terra e trabalho na América Latina, os projetos foram diretamente vinculados ao encontro internacionalista da Universidade com o campo. Em um breve olhar sobre a história recente da UNILA, vemos que em 2015 as turmas eram muito mais latinas, no compromisso legal dos 50% de estudantes não brasileiros. Trabalhar com a extensão vinculada ao ensino e a pesquisa e promover estágios de vivências nas áreas da reforma agrária, significava/significa um encontro com muitas histórias do continente a partir dos relatos dos/das estudantes. Peru, Bolívia, Colômbia, Cuba, México, Haiti, Argentina, República Dominicana, El Salvador, Paraguai, Uruguai, Chile, são alguns dos lugares de origens dos/das estudantes que passaram por estas experiências. Também participam estudantes de diversas regiões do Brasil. Estas territorialidades conformam um campo de conhecimento sobre as memórias e as histórias das famílias dessa juventude universitária que, no ambiente de sala de aula, é inexistente em seu reconhecimento concreto, uma vez que os currículos não estão pensados para essa apreensão. A experiência de curricularização da extensão nos

convoca a pensar o caráter coletivo de aprendizagem tanto para a Universidade como para o movimento social do campo, a partir do entrelace entre a vivência, as rodas de conversas, as brincadeiras, a produção coletiva na agroecologia e a posterior socialização do conhecimento, com os diários de campo. E, não menos importante, nos abre muitas questões de investigação científica sobre a luta pela terra no Brasil ontem e hoje.

a. Sobre a metodologia das atividades

Disponibilização de 10% da atividade das disciplinas do semestre, de graduação e pós graduação, para a realização da saída de campo. Os trabalhos foram realizados com as turmas de 2021 a 2025, das disciplinas de Economia Política Internacional, História do Pensamento Econômico e de Padrões Monetários Internacionais, somadas às optativas, além das disciplinas de pós graduação também vinculadas às ações.⁵ Em geral, a vivência ocorre com as seguintes atividades realizadas ao longo de um sábado inteiro de atividade: - café da manhã com produtos da reforma agrária popular;- visita guiada pelo acampamento com as dirigentes parando para apresentar os lotes, as produções individuais e coletivas, as hortas, entre outros processos;- conversas com algumas famílias camponesas acampadas, para ouvir sobre suas histórias e suas produções de vida cotidiana;- produção de alimentos em que a juventude coloca a mão na terra;- almoço com produtos da reforma agrária produzido pelas mulheres do acampamento;- Roda de conversa sobre agroecologia, e com as mulheres sobre a situação da violência no campo;- brincadeira com as crianças e a juventude com produção de desenhos, jogos e outros; - lanche da tarde com produtos da reforma agrária popular;- retorno à Foz. Ao final da atividade, os estudantes produzem um diário de campo, com um roteiro dirigido, explicitando como a experiência se apresenta dentro da trajetória formativa deles e delas.

b. Um pouco da história dos acampamentos Chico Mendes e Sebastião Camargo

A ocupação Chico Mendes foi realizada em 31 de julho de 2004, em uma fazenda utilizada para gado de corte com uma extensão de 920 hectares de terra, aproximadamente (EPPC, 2019). Em 2025, fizemos uma pesquisa participante, com a

⁵ São desenvolvidas atividades preparatórias, na própria Universidade, em que as lideranças camponesas contam a história do acampamento, os desafios e a realidade das famílias acampadas.

juventude do acampamento sendo responsável pelo recenseamento geral, e coletamos os seguintes dados 21 anos depois: 63 famílias, 178 pessoas entre crianças, jovens, adultos e adultos maiores. A média de tempo na ocupação é de 09 anos, sendo a família que possui mais tempo na ocupação superior a 17 anos. Chama a atenção os lotes coletivamente divididos, na lógica política e organizativa do Movimento, na realização do pré-assentamento. E há espaços de horta comunitária, além de processos que principiam a matriz de transição agroecológica sem venenos. Após quase 22 anos de ocupação desta terra, em luta, os e as Sem Terra produzem mais de 93 tipos de produtos agrícolas diferentes, sendo grande parte usada para a subsistência e utilizam uma média de 17 produtos para a comercialização.⁶

O acampamento Sebastião Camargo, por sua vez, é um espaço transitório, criado em 2015, inclusive para ocupação do espaço que antes era de formação, o (Instituto Técnico e Educacional de Pesquisa da Reforma Agrária (ITEPA), do MST. A ocupação fica dentro de um assentamento Antônio Companheiro Tavares, do MST, em São Miguel do Iguaçu, na grande de abrangência geopolítica de Foz do Iguaçu. Esse acampamento é estratégico tanto para o assentamento, como para a luta por novas ocupações no Paraná, uma vez que está muito próximo da fronteira com o Paraguai, o que requer uma série de cuidados e precauções (EPPC, 2019). Por ser provisório e com grande rotatividade devido à sua localização, o Sebastião Camargo vive situações concretas internas de gestão muito distintas das áreas cuja ocupação já são destinadas à distribuição de terras entre as famílias. No levantamento socioeconômico que fizemos, via recenseamento realizado pela juventude do próprio espaço, em 2025, chegamos aos seguintes dados: 63 famílias, com um total de 110 pessoas, com uma média de 4 anos e meio no acampamento. A produção individual e coletiva também é diversificada: são 88 tipos de produtos do campo, sendo 45 deles também utilizados na comercialização na região.

c. Algumas imagens sobre a territorialidade do saber

⁶ Projetos de extensão levados à cabo nos acampamentos pelo grupo de Pesquisa e extensão Saberes em Movimento, a luta por terra e trabalho na América Latina, ao longo de 2025 e que contou com o graduando Henrique Buriti e a pós-graduanda, à época, Gabriela Dias como sistematizadores dos relatórios individuais de recenseamento.

Imagem 1: Turma 2022

Fonte: Própria, Saberes em Movimento, 2022

Imagem 2: Turma 2025

Fonte: própria, Saberes em Movimento, 2025

As imagens são uma pequena mostra de um processo vivo, repleto de convívio e reflexão coletiva. A extensão, como comunicação reforça vínculos e permite uma conexão que o tempo individualizado do ensino e da pesquisa não permitem. A extensão além de plasmar distintos trabalhos nos territórios, nos permite coletar histórias e memórias e repensar a ação coletiva no ambiente universitário. No movimento dialógico entre o campo e a cidade, cada grupo deixa um pouco de si, e leva um tanto bom de semente do outro. No total, destas vivências, no período de 2021 a 2025, passaram mais de 500 estudantes e 10 professores em convívio direto com uma boa parte das 130 famílias camponesas que produzem vida nos acampamentos Chico Mendes e Sebastião Camargo. A sistematização dos trabalhos equivale a uma material de mais de 200 diários de campos em que as impressões e as vinculações com os estudos dão a tônica da importância da atividade pautada na harmonia do tripé universitário.

2.2 Considerações finais

Há um impacto social direto tanto na vida dos/das educandas/os que estão em atividade de campo, como das famílias Sem Terra que os recebem. São processos de construção material do internacionalismo, da solidariedade e da renovação de uma esperança que, no cotidiano acelerado do roubo do tempo nas cidades, não é possível vivenciar e pensar sobre. A imersão nos territórios de luta pela terra é também uma imersão na história e na memória compartilhada por essas pessoas que se originam de diferentes realidades sociais da América Latina e o Caribe. A Reforma Agrária Popular dialoga diretamente com a Universidade Popular. Juntas, demarcam que apesar de não se ter a visibilidade cotidiana de outros processos pulsantes para além do capital, há vida renovada na territorialidade construída por estes dois sujeitos políticos: os Sem Terra e os/as estudantes universitários.

A curricularização da extensão, quando deixa de ser obrigação e passa a ser fluxo contínuo coletivamente projetado, abre à Universidade potencialidades múltiplas de pensar a alimentação saudável, a dignidade do direito à terra e, essencialmente, o papel que a memória e a história ocupam na produção do conhecimento e das ações projetadas como processos de desenvolvimento. Nesse sentido, a materialização destas atividades, continuada, experimentada, e por ora socializada, reivindica o reconhecimento multiplicado de tantas outras que ocorrem neste enorme País estruturado por um capitalismo dependente que jorra desigualdades e violências por todas as regiões. E que no entanto, ressurge, diariamente, como um enlace de possibilidades solidárias, fraternas, coletivas, no que José de Souza Martins (2008) denominou de sociabilidade do homem simples.

Referências

- AMARAL, Marisa e TRASPADINI, Roberta. **A superexploração e seus dois sentidos**. Jornal Outras Palavras, 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/a-superexploracao-e-seus-dois-sentidos/>. Acesso em: 10 abr. 2026.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Caderno de conflitos do campo, 2025. CPT: 2025**. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/acervo/conflitos-no-campo/caderno-de-conflitos/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa e Ômega, 1979.

ESCOLA POPULAR DE PLANEJAMENTO DA CIDADE. **Relatório técnico de extensão, Comunidade Sebastião Camargo:** UNILA, 2019.

_____. **Relatório técnico de extensão, Comunidade Chico Mendes:** UNILA, 2019.
FONTENELE, Iolanda Carvalho. **A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios.** Florianópolis: Rev. Katálysis, v.27, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/gFvkWgJTdRjdrJfyNqF3LPt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 abr. 2026.

FRANK, André Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina.** México: Siglo XX Editores, 1967.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017.** Brasília, IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3101/agro_2017_caracteristicas_gerais.pdf. Acesso em: 15 abr. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA. **Dados do mercado de terras no Brasil.** Brasília, 2025. Disponível em https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/Atlas_do_Mercado_de_Terras_2025.pdf. Acesso em: 18 abr. 2026.

KONCHINSKI, Vinicius. **Brasil tem 145 mil famílias acampadas à espera de terra.** Periódico Reporte Brasil, 2025. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2025/02/brasil-familias-acampadas-reforma-agraria/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** SP: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 15, n. 43, 2001.

TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini. Dialética da dependência e outros escritos.** São Paulo: Expressão Popular, 2023.

TRASPADINI, Roberta. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina. A trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas.** São Paulo: Editora lutasanticapital, 2022.